



Serviço Público Federal  
Ministério do Turismo  
Secretaria Especial da Cultura  
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Coordenação Técnica do IPHAN-MG

**PARECER TÉCNICO** nº 403/2021/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG

**ASSUNTO:** Reavaliação do Jongo no Sudeste, no estado de Minas Gerais, com vistas à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural Brasileiro

**REFERÊNCIA:** Proc. 01450.001872/2021-92

*Belo Horizonte, 06 de outubro de 2021.*

## I. INTRODUÇÃO

O presente parecer apresenta a Reavaliação do Jongo no Sudeste com vistas à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil deste Bem Registrado. O procedimento de reavaliação dos Bens registrados, previsto pelo artigo 7º do Decreto 3551/2000 que instituiu o Registro dos bens de natureza imaterial, segue aqui os ritos da Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019. Importante destacar que as informações e análises constantes deste parecer estão circunscritas ao modo como o Jongo se apresenta no estado de Minas Gerais, devendo sua leitura ser complementada pelos pareceres atinentes aos demais estados do sudeste para a correta instrução e entendimento do processo de reavaliação do Jongo no Sudeste.

O Iphan reconhece o Jongo no Sudeste como uma forma de expressão afro-brasileira que integra canto, percussão de tambores, dança coletiva e elementos de espiritualidade. O Jongo no Sudeste foi registrado como Patrimônio Cultural do Brasil, em 15 de dezembro de 2005, tendo sido inscrito no Livro das Formas de Expressão. Trata-se assim de um dos primeiros bens imateriais a receber o título de Patrimônio Cultural do Brasil. Foram as entidades Grupo Cultural Jongo da Serrinha e Associação da Comunidade Negra de Remanescentes de Quilombo da Fazenda São José que formalizaram, por meio de carta enviada ao Sr. Ministro da Cultura Gilberto Gil, em 22 de novembro de 2002, o interesse quanto ao reconhecimento do Jongo como patrimônio cultural brasileiro, conforme pode ser visto no processo administrativo SEI 01450.005763/2004-43. O material para sua candidatura formal foi encaminhado pelo Centro Nacional de Folclore Nacional endossado por assinatura de diversos representantes das comunidades jongueiras de estados do Sudeste, com base no material etnográfico e documental produzidos pelo INRC do Jongo do Sudeste, igualmente conduzido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), no contexto do “Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, que incluía uma série de pesquisas, inventários e ações de promoção e apoio às comunidades detentoras de saberes, técnicas, ofícios e performances representativos da diversidade cultural brasileira.

Assim, tendo-se transcorrido mais de 10 anos do Registro do Jongo no Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil, foi instaurado o presente processo de reavaliação.

### **Reavaliação do Jongo no sudeste: mobilização de detentores e parceiros e produção de conhecimento em Minas Gerais**

Conforme previsto no Art. 7º do Decreto 3.551/2000 e na Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019, o IPHAN, por meio do Departamento de Patrimônio Imaterial, instaurou processo administrativo de Reavaliação do bem cultural (SEI 01450.001872/2021-92), no caso Jongo no Sudeste, solicitando à Coordenação-Geral de Identificação e Registro (CGIR) e à Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade (CGPS) elaboração de manifestação, respectivamente, sobre os “aspectos culturalmente relevantes” e demais informações pertinentes que justificaram o Registro do bem em tela, assim como sobre os fundamentos para uma análise acerca da contribuição das ações de apoio e fomento implementadas para a sua continuidade e fortalecimento. Em 01 de julho de 2021, foi realizada também reunião virtual com a participação de técnico do DPI e técnicos da área de patrimônio imaterial das Superintendências do Iphan em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, com a finalidade de definir os procedimentos e iniciativas a serem adotados para a produção do Parecer Técnico de Revalidação. E em 12 de julho de 2021, através do Ofício-Circular 12 (SEI nº 2806255), foi encaminhada às SEs a Nota Técnica COREG/CGIR/DPI 25 (SEI nº 2801565).

A referida nota foi encaminhada à área técnica da Superintendência de Minas Gerais através do DESPACHO Nº 1666/2021 COTEC IPHAN-MG, de 27 de julho de 2021, a partir do qual foi dado início ao processo de mobilização para produção de conhecimento com vistas à reavaliação do jongo no sudeste. Essa mobilização voltou-se, sobretudo, para as comunidades jongueiras e parceiros dos poderes públicos locais dos municípios de Bias Fortes, Carangola, Patrocínio de Muriaé e Recreio – cidades onde até o momento o bem cultural foi identificado no estado –, com vistas a sua participação no processo de reavaliação em tela, conforme preconizado no Anexo I – Roteiro Básico para Reavaliação do Bem da Resolução nº 5, de 12 de julho de 2019,<sup>1</sup> em acordo com os princípios básicos da Política Nacional de Patrimônio Imaterial, consolidados pela Portaria n. 200, de 18 de maio de 2016, que “Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial – PNPI”.<sup>2</sup>

Considerando o contexto atual de pandemia de covid-19 e a falta de orçamento e tempo hábil para deslocamentos, optou-se pela realização de mobilização e encontros virtuais. Importa elucidar, entretanto, que as comunidades jongueiras do estado não se encontravam mobilizadas para a reavaliação anteriormente. Ainda que durante encontro realizado no município de Bias Fortes no primeiro trimestre de 2019, tendo em vista o conhecimento de que o processo de revalidação do jongo no sudeste ocorreria em momento próximo, as técnicas já tenham anunciado aos presentes os objetivos centrais de um tal processo, o advento da pandemia impactou bastante nesta mobilização, considerando o perfil das comunidades, formada por mestres idosos e por grupos residentes em pequenos municípios. Assim, para a mobilização remota foi necessário primeiro uma busca pelos contatos atualizados, formação de grupo de WhatsApp, apresentação das principais ferramentas e aplicativos de comunicação a serem utilizados. Observamos também que a Superintendência de Minas Gerais não dispõe de número de celular institucional apto a ser utilizado nestes momentos, o que seria o mais adequado. Após esta mobilização inicial, em 26 de agosto de 2021, foi realizada a primeira reunião de reavaliação do Jongo no Sudeste no estado de Minas Gerais, contando com a participação de membros das comunidades jongueiras de Bias Fortes (Jongo Folclórico de Bias Fortes), Carangola, Patrocínio de Muriaé (Caxambu do Preto Velho de Patrocínio de Muriaé) e Recreio, além de representantes das municipalidades dos 4 municípios citados e da equipe Técnica do Iphan.<sup>3</sup>

A reunião, que foi aberta pela Superintendente do Iphan-MG, Débora França, buscou apresentar os objetivos e procedimentos envolvidos no processo de reavaliação, bem como recapitular as principais questões relativas aos processos de Registro e Salvaguarda do Jongo no Sudeste. Isto porque, como será abordado de maneira mais detalhada a seguir, o envolvimento das comunidades jongueiras de Minas Gerais nestes processos se dá em momento posterior ao Registro e ao próprio desenvolvimento do Plano de Salvaguarda. Após esta primeira reunião, foi enviado aos participantes roteiro de questões abordando temas pertinentes à reavaliação do Bem, tendo por diretrizes o anexo I da Resolução 5/2019, supracitado, e a Nota Técnica COREG/CGIR/DPI 25. A sugestão foi que estas questões fossem discutidas internamente em cada município e elaboradas respostas para serem enviadas à equipe técnica por escrito ou oralmente, e discutidas em reuniões virtuais posteriores.

Uma segunda reunião foi agenda para o dia 13/09, quando as respostas enviadas seriam discutidas conjuntamente. Entretanto, por diversos imprevistos técnicos e dificuldade de agendas, apenas 1 (uma) representante de Carangola e a representante da prefeitura de Bias fortes se fizeram presentes. Desta forma, ao longo da semana seguinte, foram realizadas entrevistas e vídeo-chamadas individuais e/ou por município, para discussão das questões pertinentes à reavaliação do Jongo no Sudeste, que serviram de base para a elaboração escrita do presente parecer. Infelizmente, não foi possível realizar a entrevista com representantes do município de Recreio, prejudicando a produção de dados atualizados sobre o Jongo na cidade.

Finalmente, em 04 de outubro de 2021, foi realizada reunião geral para validação do parecer produzido pela área técnica e alinhamento final quanto às recomendações dele constantes. A lista de participantes destas reuniões e o roteiro de questões encontram-se anexos (Anexo Roteiro de perguntas e relação de participantes MG - SEI nº 3014625).

Além das informações e análises provenientes destes encontros, nos valem também neste parecer dos dados e informações presentes no “Levantamento Preliminar Jongo Caxambu Zona da Mata”, no inventário, “Jongo no Sudeste: Inventariando Carangola e Porciúncula”, realizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais e pela Faculdades Vale do Carangola (Favale), nos relatórios e formulários de monitoramento da salvaguarda produzidos pela Superintendência do Iphan-MG, bem como das informações e análises presentes na dissertação de mestrado de Cláudia Fantini (2018), “O Jongo Folclórico de Bias Fortes e as narrativas do patrimônio cultural”, desenvolvida no âmbito do mestrado profissional em preservação do patrimônio, do Iphan.

A seguir, passaremos à discussão mais substantiva da reavaliação do Jongo no Sudeste no estado de Minas Gerais, tendo por base os blocos temáticos do Anexo 1 da Resolução 5/2019 e as questões orientadoras da Nota Técnica nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI.

## II- CONDIÇÕES ATUAIS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO JONGO NO SUDESTE EM MINAS GERAIS

De acordo com o Dossiê de Registro e com **NOTA TÉCNICA** nº 25/2021/COREG/CGIR/DPI, alguns dos aspectos culturais mais relevantes e estruturados, que foram destacados para elaboração do recorte patrimonial no momento do registro do Jongo, são:

1. A relevância cultural dos aspectos musicais, coreográficos, poéticos, lúdicos e religiosos associados ao Jongo;
2. Sua presença e ocorrência em quintais das periferias urbanas e em algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro;

3. Sua relação com o calendário de festividades de santos católicos e divindades afro-brasileiras;

4. Sua diversidade interna no que diz respeito aos modos de cantar, danças, conjuntos instrumentais, repertório poético, composição dos grupos;

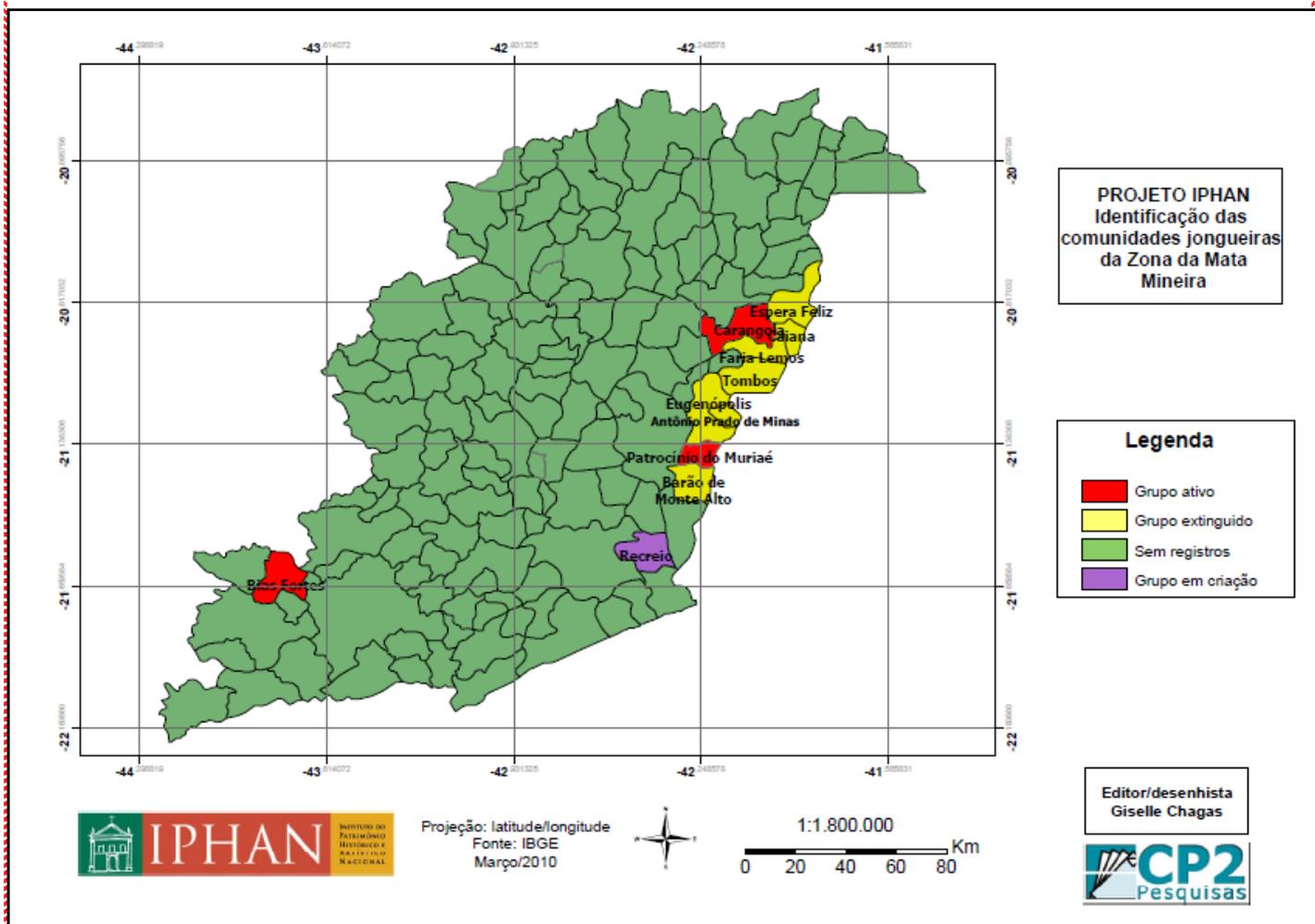
5. Sua associação com práticas socioculturais e aspectos religiosos de origem africanas transplantadas para e recriadas no Brasil;

De modo a contemplar estes aspectos – indicando suas permanências e transformações, desde o ponto de vista das comunidades jongueiras de Minas Gerais – trataremos inicialmente da questão da territorialidade do bem, abordando os resultados da ação de identificação realizada em Minas Gerais após o registro. Em seguida iremos nos deter na discussão sobre a diversidade dos elementos expressivos do Jongo/Caxambu em relação com seus contextos de execução, bem como sobre a dimensão mágico-religiosa e sua relação com o universo devocional e com diferentes matrizes religiosas. Finalmente, abordaremos também a questão da transmissão intergeracional e ameaças e vulnerabilidades do bem.

### A territorialidade do Bem no Estado de Minas Gerais: levantamento preliminar de comunidades e mestres jongueiros na Zona da Mata Mineira

No ano de 2009, ou seja, 4 anos após a efetivação do registro, foi realizada pela Superintendência do Iphan-MG uma primeira ação de identificação de comunidades jongueiras no estado. Importante destacar que a pesquisa para o registro do Jongo no Sudeste – o INRC executado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – contemplou sobretudo comunidades dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Minas Gerais é assim incluído e mencionada pela identificação do grupo Filhos de Eva, em Carangola, que possuía vínculos com os grupos do sudoeste fluminense, em especial Miracema, que já se encontrava articulado junto aos Encontros do Jongo e à Rede de Memória de Salvaguarda do Jongo, não tendo sido realizada nenhuma ação de identificação em Minas Gerais anteriormente ao Registro.

A ação de identificação, efetivada através de contratação via licitação, consistiu na realização da etapa de levantamento preliminar, na região da Zona da Mata Mineira. Considerando restrições orçamentárias e metodológicas que dificultariam a realização de tal ação abrangendo todo o estado, a escolha desta mesorregião<sup>4</sup> deveu-se ao fato de suas configurações sócio-históricas, próxima ao vale do Paraíba e de tradição de lavoura cafeeira, de sua proximidade com regiões no estado do Rio de Janeiro onde é marcada a presença do jongo e por ser a região<sup>5</sup>, onde já havia um grupo de Jongo identificado, com informações de que haveria outras comunidades. A pesquisa realizada resultou na identificação de mestres e grupos ativos em 3 municípios, além de 1 município onde havia a tentativa de resgate da prática através da memória. Foram identificados também memória sobre a prática do jongo/caxambu em outros 7 municípios.



Assim, as quatro comunidades jongueiras/caxambuzeiras identificadas neste momento e que passaram a participar ativamente do processo de Salvaguarda do Jongo em Minas Gerais são “Caxambu Filhos de Eva”, no município de Carangola; “Caxambu de Preto Velho”, em Patrocínio de Muriaé; Caxambu de Recreio, no município de Recreio; e “Jongo Folclórico de Bias Fortes”, em Bias Fortes. São municípios de pequeno porte, com população variando entre 3.282 pessoas (Bias Fortes) a 33.022 (Carangola), com forte tradição de produção cafeeira (Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/> - estimativa da população para 2021).

A opção por utilizar “comunidade” e não grupo para se referir ao conjunto de pessoas organizadas em torno desta forma de expressão dá-se seguindo Fantini, 2018, que bem observou que “geralmente o agrupamento de jongueiros ultrapassa [a própria] prática, constituindo-se também por relações de parentesco e ancestralidade, dentre outras.” De fato, em Minas Gerais, dentre as 4 comunidades que serão abordadas neste parecer apenas uma coincide de maneira mais evidente com o que se entende como “grupo de jongo”, as outras assumindo características diversas ao longo destes mais de 15 anos passados desde o reconhecimento do Jongo do Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil.

Em Bias Fortes, o Grupo de Jongo Folclórico de Bias Fortes é liderado pelo Mestre Paulo Renei (Seu Renê) e conta com mais de 30 integrantes, a maior parte residente do Bairro Santo Expedito. Importante mencionar que o nome do grupo foi criado no momento da interação entre Seu Renê e a equipe de pesquisadores responsável pelo levantamento, mas o grupo está em atividade, com esta forma atual, desde os anos 70. O jongo na região do município possui importante e marcado lastro histórico, possuindo características diversas e estando bastante vinculado aos cantos de trabalho e aos mutirões e turmas de trabalho na lavoura de café. Em um passado recente, existiam vários grupos de jongo no município, inclusive no Quilombo de Colônia do Paiol. O atual grupo congrega membros destes outros grupos, desestruturados a partir da diminuição de oferta de trabalho no campo da região e possui vínculos com a comunidade de Colônia do Paiol.

O Caxambu de Preto Velho, em Patrocínio de Muriaé, possui como principal representante o Mestre Geraldo Navalha (Geraldo Lagares Miranda), de 85 anos. Seu Geraldo, nascido em Caiana, já viajou pela região com seus tambores que, segundo conta, foram herdados – de ofício – de Dona Emília, Mestra caxambuzeira já falecida do município sobre a qual temos poucas informações. No momento da pesquisa de identificação, seus netos e sobrinhos – filhos de uma irmã também caxambuzeira, mas já falecida – integravam também o grupo, mas hoje parte deles encontra-se disperso em outros municípios por dificuldades de ofertas de trabalho na região. Sua rede de vizinhos e sua filha são parceiros importantes nas tentativas de mobilização que ele tem feito para sua manutenção. O Caxambu em Patrocínio tem lugar sobretudo nos festejos juninos, seja na sede do município, seja em fazendas e distritos onde são convidados a tocar. Entretanto, como estas apresentações não são pagas, Seu Geraldo relata a dificuldade crescente de encontrar pessoas, sobretudo jovens dispostas a tocar com ele.

O grupo Caxambu Filhos de Eva, de Carangola, era, à altura da realização desta ação de identificação (2009), o maior e o mais articulado dos grupos, chegando a participar da salvaguarda do jongo num momento em que ela estava inserida no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. É ele também o único grupo e comunidade de Minas Gerais mencionado no dossiê de registro, conforme indicado anteriormente, devido às suas relações com comunidades jongueiras do sudoeste fluminense que permitiram sua identificação. A formação do Caxambu Filhos de Eva foi resultado da aliança entre 4 mestres jongueiros de diferentes bairros do município de Carangola, no intuito de salvaguardar esta prática e seus conhecimentos associados: Maria Nossa (Maria das Dores Ferreira da Silva), Seu Arlindo (Arlindo Olegário), Louzada (Teotônio Borges de Oliveira, do Bairro Triângulo), e Sebastião da Catarina (Sebastião Bento da Silva).

Cada um destes mestres possuía seu próprio grupo, formado por redes de sociabilidade, que organizavam festas distintas, a maioria no contexto dos festejos juninos e no sincretismo católico-umbandista, sendo que Maria Nossa e Louzada possuíam também seus próprios terreiros. Louzada organizava o Caxambu na festa de São Pedro, dia 29 de junho, no bairro Triângulo. Enquanto Seu Arlindo era responsável pela Festa de São João, no Bairro Caixa d'água/Expedito, e Maria Nossa comandava o Caxambu do bairro Santo Onofre no dia de Santo Antônio, com a participação também de Sebastião da Catarina. Foi a partir da percepção da vulnerabilidade do Caxambu no município, que segundo relatos, eles decidiram unir-se, no início dos anos 2000. O nome do grupo é uma homenagem a Eva, mestre jongueira muito respeitada no município, chamada também de “madrinha Eva” e mãe biológica de Maria Nossa.

A história do Caxambu em Carangola é indissociável da presença negra e do passado de escravidão, e assim como em outros municípios, se mantém intimamente relacionado ao trabalho das fazendas de café, mesmo após o fim da escravidão.

“O caxambu surgiu realmente aqui em Carangola em 1888. Até então ninguém sabia o tanto de escravo que tinha nessa região, nessa redondeza nossa. Disseram que tinha mais ou menos 800 escravos que foram para a praça Maximiliano, em frente à Igreja Matriz, pra comemorar a abolição. Foi aonde o pessoal de Carangola viu pela primeira vez instrumentos feitos de árvores e de couro de boi. Eles foram pra lá pra bater e manifestar alegria por pensarem ter ficado livres. Mas foi só mesmo no papel. Acabou que ficaram foi a Deus dar, não sabia nem pra onde ir, e nem o que fazer, a não ser, ser perseguido. Dizem que na época na rua Santa Lúcia tinha muitas escravas que trabalhavam para as madames e não recebiam nada, só por comida mesmo. Então a primeira vez que se viu caxambu dentro de Carangola foi em 1888. No dia da Abolição.” (Mestre Maria Nossa, Carangola – MG, em entrevista à equipe responsável pelo mapeamento na Zona da Mata).”

Se em 2009, Carangola contava com o grupo mais ativo e articulado em prol da salvaguarda do Jongo no estado de Minas Gerais, este cenário altera-se dramaticamente ao longo da década. No ano de 2013, sua principal liderança, Maria Nossa – filha biológica de Eva – converteu-se à religião evangélica, não apenas deixando de praticar o caxambu como opondo-se abertamente à prática, com destruição/desaparecimento dos principais tambores. Com isso, o Caxambu Filhos de Eva se viu desarticulado e bastante enfraquecido, uma vez que os participantes associados a ela – familiares e vizinhos – ou seguiram sua

adesão à nova religião ou, simplesmente, pararam de participar do Caxambu. Acrescente a isso o fato de que Mestre Louzada e Mestre Arlindo, assim como vários outros participantes já idosos vieram a falecer, de tal modo que o Caxambu em Carangola se encontra atualmente desarticulado. Ou, adormecido, como preferem se referir o grupo de pessoas que têm se engajado em uma “retomada”, tentativa de resgate da prática e preservação de sua memória. Outras questões sobre o Caxambu de Carangola, em especial sua relação com outras formas de religiosidade e o cenário de racismo e intolerância religiosa no município, serão abordadas ao longo deste parecer.

Por fim, o Caxambu de Recreio também não possui muitos integrantes, sendo sua liderança Maria das Graças Lau Silva, conhecida como Cicina. O Caxambu de Recreio possui um caráter distinto dos demais, configurando-se mais como a tentativa de criação de grupo voltado para apresentações artísticas e culturais. Embora a memória sobre o Caxambu em Recreio ainda seja contada por integrantes mais idosos, não há, atualmente, um grupo ativo.

Esta breve apresentação das 4 comunidades jongueiras identificadas em Minas Gerais, além de buscar atualizar informações sobre a territorialidade do Bem no estado, oferece também um vislumbre da diversidade de tanto de atributos e de composição, quanto de contexto sociopolítico de cada uma destas comunidades. A questão da diversidade interna ao universo do Jongo foi bem colocada por Elizabeth Travassos, que em texto que integra a documentação apresentada no contexto do Registro do Jongo escreve:

“As formas de expressão denominadas “jongo”, “tambor”, “tambu”, “caxambu”, “batuque” (entre outros nomes locais) conheceram destinos variados ao longo do século 20. Assim como tratar todas as suas ocorrências contemporâneas como variações de um modelo implica subestimar as diferenças entre elas, procedimento igualmente redutor consistiria em fundir num relato único as histórias -- na verdade, pouco conhecidas -- das comunidades que as praticam ou praticavam. No processo de modernização da sociedade brasileira, ao longo do século passado, saberes tradicionais foram rechaçados, de uma maneira geral, principalmente quando associados às práticas culturais e religiosas dos trabalhadores negros. Mas as relações que os praticantes de jongs e batuques estabeleceram com outros setores da sociedade, com os poderes públicos e agentes religiosos variaram e deram lugar a histórias locais únicas”.

Trata-se assim não apenas de uma diversidade de elementos expressivos, mas também de histórias e itinerários, de modo que resulta também que as questões mais pertinentes para cada uma destas comunidades divergem bastante em termo de reavaliação do bem cultural, de modo que optamos, neste parecer, por abordar cada um dos temas a partir da perspectiva de suas diferentes comunidades entendendo que algumas questões são mais pertinentes em alguns municípios e menos em outros, reunindo ao final as principais questões e recomendações.

Ainda sobre a territorialidade do Bem em Minas Gerais é importante destacar que esta ação de identificação foi realizada em uma única mesorregião do estado de Minas Gerais e o investimento em novas ações de identificação que contemple outras regiões, que são mencionadas em relatos e memória de mestres jongueiros de Minas Gerais e de outros estados, ainda se faz necessário. Entretanto, uma tal identificação não é empreendimento simples considerando a invisibilidade que cerca muitas vezes esta prática em Minas Gerais. Este é um ponto importante e que difere, em termos das relações estabelecidas com o poder público e o mercado de entretenimento, o cenário no estado e em outros. O jongo em Minas Gerais pouco se insere no circuito cultural de apresentações e mesmo no circuito de editais de cultura popular e é pouco reconhecido no contexto também de populações tradicionais. Embora muito tenha se avançado neste sentido desde o início da atuação da SE-MG em sua salvaguarda, ainda muito tem que se avançar. Estes pontos serão retomados mais adiante no bloco referente às ações de fortalecimento do Bem e à avaliação da Salvaguarda e das recomendações contidas neste parecer.

### **Principais elementos expressivos do Jongo/Caxambu em Minas Gerais**

Na caracterização do Jongo enquanto objeto patrimonial e em todo o corpo do texto do dossiê de registro do Jongo, uma grande ênfase é dada aos seus elementos expressivos, considerando inclusive a escolha do Livro para Registro, Formas de Expressão. Dentre estes elementos expressivos são destacadas a centralidade dos tambores, a dança aos pares, com estaque para umbigada, a organização em roda e outros. Entretanto, durante a pesquisa de identificação de comunidades jongueiras em Minas Gerais, foi observado a pouca relevância e mesmo a ausência de tambores entre os praticantes de Jongo em Bias Fortes. De fato, observamos no grupo de Jongo de Bias Fortes uma variedade maior de acompanhamentos musicais: sanfonas, pandeiros e a ausência de coreografias ou danças de roda que não coincidem exatamente com os elementos expressivos destacados no recorte patrimonial. Tal observação causou estranhamento e, em um primeiro momento chegou-se a questionar se aquela expressão poderia mesmo ser considerada Jongo e, também levantadas hipóteses sobre a influência do Congado na configuração distinta que o Jongo encontrava aí, questões compartilhadas tanto pela equipe que conduziu a ação de identificação, mas também por parte da equipe técnica e outras comunidades jongueiras.

Em sua dissertação de mestrado sobre este grupo, Fantini (2018) se deteve sobre este ponto. Tomando por referência os estudos pioneiros de Stein, ela recupera a dupla dimensão do Jongo, executado tanto em festividades noturnas e dias de folga, quanto como cantos de trabalho. Ela escreve:

“No final da década de 1940, Stein esteve no Brasil objetivando pesquisar a sociedade cafeeira do Vale do Paraíba. Seu interesse, portanto, não era sobre o jongo, sendo este citado apenas em trecho de um capítulo, “Religião e festividades na fazenda”, e em algumas poucas menções ao longo do livro. No entanto, Stein recolheu rico material composto por “gravações de cantos de trabalho e jongs escravos, comentários rimados intimamente ligados aos cantos de trabalho, o que completou as observações sobre a comunidade escrava” (STEIN, 1990 apud PACHECO, 2007, p. 17), presente na região de Vassouras, Rio

de Janeiro. (...) Ao escutar essas gravações, percebi que o jongo ou esse gênero poético-musical, como assim o denomina Pacheco (2007), podia ser apresentado de diversas maneiras: canto dos pontos com tambores; canto dos pontos com sanfona; canto dos pontos sem instrumento algum. Portanto, essas gravações, consideradas um dos registros mais antigos dos pontos, mostram-nos que, naquela época, possivelmente havia outros instrumentos além do tambor e que os pontos podiam ser proferidos sem acompanhamento instrumental.” (Fantini 2018:20)

Concordamos aqui com a autora de que a discrepância entre os elementos expressivos destacados pelo dossiê do Jongo no sudeste e aqueles observados no grupo de Bias Fortes deve-se em parte ao fato de que o recorte encontrado no dossiê, e em todo o processo de patrimonialização do Jongo, concentre-se em sua dimensão festiva/comemorativa, a forma que prevaleceu do jongo sobretudo nas comunidades das periferias de grandes centros urbanos. Da ênfase encontrada no dossiê em sua dimensão festiva – dada a forma como jongo se apresenta atualmente na maior parte das comunidades pesquisadas/inventariadas, em especial das periferias de grandes centros urbanos – decorre também a ênfase na roda, na coreografia da umbigada, na indumentária, além da própria centralidade dos tambores já mencionadas. A relação com o contexto de trabalho nas lavouras e roças, por sua vez, embora destacado como aspecto central de sua origem, foi relegado ao passado colonial, com pouca expressividade na contemporaneidade. O Jongo em Bias Fortes, por sua vez, não se caracteriza pela realização de danças em roda, sendo realizado na forma de cortejo pela cidade, assim como pelas ruas de Colônia de Paiol, comunidade quilombola no município de Bias Fortes em que é realizada a festa de Nossa Senhora do Rosário, na qual o grupo de Jongo participa como convidado. A sanfona e os pandeiros são os instrumentos principais a acompanharem os pontos cantados. Além disso há a presença da bandeira, estampada com imagens de santos de devoção, e ainda, a presença de uma vassoura, utilizada sobretudo para ações mágico-rituais.

Diferentes estudos apontam que o Jongo, na região onde hoje situa-se o município de Bias Fortes, sempre recebeu este nome, era praticado sobretudo no contexto dos mutirões de trabalho, “na época da capina do milho ou feijão plantados à meia nas terras arrendadas dos fazendeiros da região. Era momento de diversão da comunidade, que trabalhava a terra para retirar dali sua dieta alimentar” (Silva 2005 apud Fantini 2018: 117). O lançamento de pontos entre os participantes ocorria sobretudo também nos caminhos de volta e envolvia o esconderijo e descoberta de objetos por vias mágicas, o trabalho de cura e proteção nas encruzilhadas, além de ser momento de diversão. Na realidade, eram várias turmas que praticavam o jongo, sendo que, ao final dos trabalhos na roça ou no pasto, encontravam-se para disputar os pontos. Ele surge no contexto dos trabalhos nas fazendas das redondezas, quando “turmas”, grupos de homens passavam a semana no roçado e voltavam às sextas jongando ponto. Os pontos também eram jogados durante o trabalho. Além de louvação, havia cantos de amarração.” (Fantini 2018: 117-119)

Entrevistas com representantes tanto do Quilombo do Paiol, quanto com integrantes do Jongo em Bias Fortes, presentes em Fantini (2018) e Águas (2013), reforçam esta questão do jongo como sendo tocado nas roças e nos caminhos de volta. A diferença do que ocorre hoje em dia, a presença de crianças e mulheres era restrita e não havia vestimentas específicas para a prática, sendo utilizadas as roupas de trabalho. Seu Renê, mestre jongueiro responsável pelo grupo atual, em entrevista à equipe responsável pela ação de identificação conta como os pontos eram à época dos mutirões entoados também para reclamar das condições de trabalho, tal como no contexto do passado de escravidão como destacado pelo dossiê:

“lá nas roça que a gente trabaia já tinha [Jongo]. Inclusive tinha um senhor nas fazenda que a gente trabaia que tava mandando ‘guela de pato, feijão com angu’. Direto. Aí lá nós resolveu e fez um ponto de jongo lá, nós gritó: ‘na fazenda do Sebastião é guela de pato, feijão com angu... é guela de pato, feijão com angu’. Isso a turma tudo com as marmita. Aí o fazendeiro veio e falou pra gente não fazer isso não. Ele ia fazer outra comida, mas nós não teve intervalo de descanso. Mandó fazê milho, mando cata café até que o almoço melhor saísse. Então o jongo ele veio, só que ele parô do modo especial, mas lá nós lembrava dele e quando era preciso pôr ele em atividade, a gente punha”. (Entrevista com Seu Renê, 23/07/16, citado em Fantini 2018: 123)

Com as transformações socioeconômicas das últimas décadas e a diminuição do trabalho nos roçados da região, o Jongo em Bias Fortes passa a ser realizado principalmente em contextos de festas religiosas e cívicas, como a Festa de Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade, em 15 de setembro, a Festa de Nossa Senhora do Rosário no Quilombo de Colônia do Paiol, a festa de 13 de maio, etc. Apesar disso, mantém muitas de suas características de quando era realizado principalmente no contexto de trabalho como a centralidade dos cantos, a prevalência da sanfona e do pandeiro, a forma de cortejo, os trabalhos ritualísticos realizados nas encruzilhadas. O grupo atual de Jongo em Bias Fortes é resultado da junção de grupos de diferentes bairros/ turmas de trabalho. Embora o trabalho no campo tenha diminuído bastante, é importante destacar que Seu Renê, mestre jongueiro e presidente da associação, ainda é “chefe de turma”.

Em Carangola, Recreio e Patrocínio de Muriaé, o Jongo é conhecido como Caxambu. Embora cada grupo possua suas particularidades e formas próprias, de maneira geral, em termos de seus elementos formais e expressivos, o Caxambu de Carangola guardava muitas semelhanças com a descrição apresentada no dossiê de Registro, com uma grande centralidade conferida aos tambores (chamados de candongueiros, caxambu e tambu), a apresentação em rodas, o uso de indumentárias específicas (saias rodadas, turbantes). Nas conversas com Carangolenses envolvidos em um atual processo de retomada da prática do Jongo, são rememorados os caxambus que cada um dos mestres realizava em sua própria vizinhança. Eram festejos realizados em bairros e datas específicas, relacionadas com os santos de devoção de seus mestres e/ou com datas cívicas relevantes. Assim, o Caxambu de Maria Nossa realizava a festa de São Pedro, no Bairro de Santo Onofre; já no Bairro triângulo, em especial nas festas de São Cosme e Damião e de Santo Antônio, eram realizados os festejos organizados pelo mestre Lousada e, no dia de São João era realizada a festa no bairro Caixa D’água, organizada pelo mestre Arlindo. Além disso, havia

também as feijoadas de dona Mariquinha, organizadas no dia 13 de maio. Joane Bastos<sup>6</sup> comenta como estes eventos contribuíam inclusive para uma maior dinamicidade econômica da cidade, já que eram montadas inúmeras barraquinhas nas ruas, com comidas típicas – e comidas de santos.

O mesmo pode ser dito também sobre o Caxambu de Patrocínio de Muriaé, que é fortemente baseado nos tambores. Destaque deve ser dado também para maestria de Seu Geraldo na construção de pontos de desafios, reconhecido por jongueiros de outras regiões. O caxambu de Recreio, em sua tentativa de rearticulação, também tem como elemento central a percussão de tambores, mas não foi possível averiguar outras informações sobre os elementos expressivos do grupo.

O parecer do DPI favorável à titulação do Jongo mencionava também o destaque conferido ao diálogo que o Jongo estabelece com outras formas de expressão e rituais presentes em cada localidade. Cabe aqui destacarmos assim o diálogo que o Jongo estabelece com o Mineiro Pau em Recreio e Carangola, bem como com o Congado, a Folia e o Calango em Bias Fortes.

Após o Registro e, sobretudo, após a ação de identificação realizada em Minas Gerais, observa-se um maior intercâmbio entre os grupos de Jongo e, com isso, também algumas transformações, em termos de indumentárias e instrumentos. Assim, por exemplo, o grupo de jongo folclórico de Bias Fortes passa a adotar saias de chita e turbantes para as mulheres, bem como apresenta a demanda para oficina de confecção e toque de tambores e outros instrumentos de percussão. A questão das oficinas para confecção de tambores e aulas com professor especializado, ação realizada com o apoio da prefeitura de Bias Fortes, é citada pelos representantes de Bias Fortes como uma das principais transformações positivas ocorridas após o Registro. Entretanto, a ação foi descontinuada por questões relacionadas à indisponibilidade de profissionais na região e, posteriormente, devido ao cenário de pandemia SARS-COV.

Embora as trocas entre os grupos – e mesmo entre outras manifestações culturais - e as transformações daí decorrentes sejam motor e índice da vitalidade cultural do jongo e de outras práticas culturais, consideramos importante cuidar para que a prática e o discurso da política patrimonial não terminem por reificar algumas formas e composições, consideradas legítimas, em detrimento de outras. Assim, pareceu-nos pertinente destacar os elementos expressivos do Jongo em Bias Fortes pelo que ele é capaz de acrescentar à rica diversidade interna observada no Jongo no Sudeste no momento do Registro e nestes anos posteriores, complementado sua caracterização. E, entendemos também ser uma contribuição positiva em termos de trazer para primeiro plano a relação histórica e contemporânea desta forma de expressão com o contexto de trabalho e lida das roças. Destacaremos a seguir alguns elementos da dimensão mágico-religiosa do Jongo/Caxambu em Minas Gerais e as relações que ele estabelece com diferentes vertentes religiosas.

## **O Jongo/Caxambu e a dimensão mágico-religiosa**

A dimensão mágico-religiosa do Jongo/Caxambu é bastante destacada entre as comunidades jongueiras de Minas Gerais, seja quando da primeira ação de identificação, seja nas entrevistas realizadas durante este processo de reavaliação do Bem. A exceção figura-se pela comunidade de Recreio, que, como mencionado anteriormente, caracteriza-se como um movimento de recriação de um grupo de Caxambu com fins de apresentações culturais e artísticas, em diálogo com a memória de antigos caxambuzeiros ainda presentes.

Em Patrocínio de Muriaé, o Caxambu liderado por seu Geraldo Navalha é denominado Caxambu do Preto Velho, deixando explícita sua relação com a umbanda. Seu Geraldo Navalha é mestre reconhecido pelo poder dos pontos de amarração. Em Bias Fortes, seu Renê, mestre Jongueiro do grupo Jongo Folclórico de Bias Fortes, possui em sua casa um cômodo onde realiza atendimentos de benzeção e se define como benzedor e curandeiro. A dimensão de cura é indissociável da prática do Jongo. Quando perguntado, em mais de uma ocasião, sobre o que seria o Jongo, responde, de imediato, que “o Jongo é cura”, tão forte é a relação deste com a dimensão do corpo etéreo e com entidades invisíveis. Águas em sua análise também destaca este aspecto:

“No Jongo cantado em Bias Fortes, é possível detectar novas bifurcações de sentidos: por um lado, é um alegre folguedo, que segue ao ritmo da sanfona, pandeiro e violão. Por outro, é um momento em que os iniciados são capazes de ver como está cada um dos membros do grupo, aliviando as dores de quem precisa. É como se, naquele contexto ritual, os corpos ficassem “transparentes”, deixando notar as necessidades das almas – isso, se o uso desta oposição corpo/alma fosse cabível. Renê Pereira explica: “[O jongo] mostra pra gente, que canta, energia negativa; ‘vamos ajudar essa pessoa, que ela precisa’”. [...]O grupo mobiliza-se para intervir junto àqueles que, dentre os participantes, estiverem necessitados. Quando todos cantam para aquele que precisa, este sente o bem-querer coletivo e é curado. “A pessoa cresce”, descreve o coordenador.” ( Águas 2013: 103)

À própria bandeira utilizada pelo Jongo em Bias fortes são atribuídas qualidades curativas e os instrumentos também servem a este propósito de bem-estar, como quando alguém se aproxima do Jongo se sentindo mal e é “harmonizado” pelos instrumentos.<sup>7</sup> Em nossa entrevista sobre as transformações do Jongo, ele reafirmou mais uma vez essa posição, dizendo que o jongo é cura, que traz alívio da dor e do sofrimento.

Em Carangola também, boa parte dos mestres e participantes do caxambu possuíam relações com religiões de matriz africana ou afro-indígena, como o candomblé ou a umbanda<sup>8</sup>. Alguns deles possuíam seus próprios terreiros. Entretanto, de acordo com uma antiga participante e iniciada no candomblé, apesar do diálogo entre estas manifestações, há distinções

importantes, inclusive, distinção entre os tambores e caixas que tocam dentro do barracão, ou seja, no contexto dos cultos e rituais para iniciados, e os tambores do caxambu, que tocam na rua. Isto não significa, no entanto, que o caxambu não tenha também suas próprias iniciações. Esta mesma participante dizia em seguida “caxambu tem dendê...”, expressão utilizada também em outras regiões para se referir aos aspectos e elementos mágicos presentes na prática do Jongo/Caxambu.

Mas embora tenha pronunciada dimensão mágico-religiosa, e mesmo devocional, o Jongo não coincide ou se restringe a uma única matriz religiosa, alimentando e sendo alimentado pelo fluxo e troca constantes entre elas, como pode ser apreendido dos relatos abaixo:

“Normalmente quem é do Caxambu entende de Umbanda ou Candomblé, ou qualquer coisa que seja. Ele já sabe os preceitos dele lá. O Caxambu não tem uma regra, inclusive ele divide religiões que uma é diferente da outra.” (Mestre Louzada, Carangola, em entrevista à equipe responsável pelo mapeamento preliminar)

“Eu sou benzedor, sou aprofundado na umbanda. Mas a religião do jongo é católica, mas como diz aquele ditado: conta tudo, mas nem tudo será contado. Porque o jongo tá dentro do catolicismo, mas também tem uma parte umbandista. Aí tem que cuidar dos dois lados, certamente não aprofundar dentro da umbanda aquele que não é umbandista. Pode sabê muita coisa da umbanda, mas não deixa se levar não. Se não sabe lidar... tem que sabê lidá com a umbanda. Igual a mata virgem, ela não é de Oxóssi? Então, tem que sabê entrá nela, porque senão pode afundá.” (Entrevista com Seu Renê, 23/07/16 citado em Fantini 2018)”

Tal como pode ser apreendido em Minas Gerais, além da relação com religiões de matriz africana, o Jongo também guarda relações com a matriz cultural/religiosa católica, em especial no que se refere à sua relação com os calendários de festividades e celebrações de santos católicos. De um modo geral, nos municípios abordados aqui, encontramos relativa abertura da Igreja Católica no diálogo com os jongueiros, seja na participação em missas afro, seja na construção e apoio de políticas identitárias. Observamos, entretanto, que esta abertura é bastante dependente do entendimento do pároco local. Em Bias Fortes, onde esta relação com a Igreja católica se coloca de forma mais explícita, com a participação do Jongo nos festejos dedicados à padroeira da cidade, e com o apoio da paróquia inclusive na realização de encontros de jongueiro, em alguns momentos a relação entre o grupo de Jongo e o representante da igreja se vê tensionada:

“Já fui esclarecer isso pra uns dois ou três padre, contar como que é. [...] Eu expliquei tudo, aí o padre não falou pra eu seguir, mas também não jogou praga. E esse nosso padre aqui, o grupo revoltou. Ele nunca recebe nós, mas nunca proibiu nós. Então pelo menos é bom. Eu expliquei pro grupo que no ministério que ele passou, não entrou essas partilha no estudo dele. Pode ter sido isso ou um preconceito de não aceitar, de bater o pé. Que ele falou que a igreja é dele”. (Entrevista com Seu Renê, 23/07/16 citado em Fantini 2018:136)

A dimensão devocional e de relação de curas espirituais surge no discurso e na prática dos jongueiros e caxambuzeiros de Minas Gerais como uma dimensão central e atual. Como apontado por Penteado Jr. em estudo de 2010, este é um ponto que foi pouco destacado no momento da patrimonialização, que parece relegar os elementos mágicos e a dimensão mais devocional do Jongo ao passado. Entendemos também, como o autor, que esta pouca ênfase é resultado também de uma estratégia dos próprios jongueiros, que em seus discursos para pessoas externas à comunidade jongueira tendem a ocultar ou diminuir a importância destes aspectos, tendo em vista o lugar de vulnerabilidade que a relação com religiões de matriz africana muitas vezes expõe os jongueiros.

Em todas as entrevistas realizadas neste processo de reavaliação do Jongo no Sudeste em Minas Gerais, a relação com a comunidade envolvente e, muito especialmente com praticantes de religiões cristãs de vertentes evangélicas (seja pentecostais ou missionárias) é permeada de tensões relativas justamente à dimensão mágico-religiosa do Jongo. De maneira reiterada, os jongueiros se ressentem e se veem obrigados a explicar que o Jongo/caxambu não é feitiço, nem macumba. Nas cidades interioranas onde encontramos o jongo, macumba é termo difamatório, assentado em um histórico de preconceito e discriminação contra as religiões de matriz africana e contra a população negra. Penteado Jr. também aborda este ponto:

“Como sabemos, no Brasil, os princípios mágicos dos cultos afro-religiosos são representados no imaginário social como algo ruim, perigoso, e praticados por pessoas de índole duvidosa. Isso fez com que o termo macumba adquirisse, historicamente, uma conotação negativa. Macumba, no final do século XIX e início do século XX, designava um sistema de crenças, ao mesmo tempo em que era motivo de suspeição e depreciação (RAMOS, 1935; ORTIZ, 1999 )Yvonne Maggie (1992, 2007) demonstra como, na segunda metade do século XX, foram inúmeros os processos-crimes no Brasil que faziam referência à magia e a feitiçaria. (PENTEADO JÚNIOR 2010: 307)

Esta questão foi levantada também na ação de identificação, em 2009, quando a equipe responsável observou uma recusa e reticência de alguns praticantes em prestar informações, sobretudo no município de Carangola. De acordo com a equipe responsável, isso ocorria, entre outras razões, devido ao fato de “que a prática do Caxambu por longo tempo, principalmente até a década de 1970, foi muito perseguida por policiais e até pela sociedade, e por isso as pessoas mais velhas ainda temem falar. A recusa dos entrevistados, nesse caso, está ligada ao histórico de perseguição sofrida pelos praticantes.” (IPHAN. 2009). “*Falavam que a gente estava batendo macumba no meio da rua. Não deixavam as crianças participarem, não vinham, não participavam. Eram poucas pessoas que iam ver a gente dançar. Era tão chato, a gente ficava tão aborrecido com*

*aquilo*" (Mestre Maria Nossa, Carangola – MG, em entrevista à equipe responsável pelo mapeamento da zona da mata mineira)."

Este ponto também é confirmado por jovens da cidade, hoje envolvidos no processo de reorganização/retomada do Caxambu, que relatam que era comum que o desejo das crianças em participar das festas de caxambu fosse tolhido por seus pais, justamente nestes termos.

Os discursos dos jongueiros e caxambuzeiros entrevistados se veem assim enredados em uma contradição entre afirmar os fundamentos do Jongo e sua relação ontológica com religiões de matriz africana, e a necessidade de se distanciar de qualquer vinculação explícita com a dimensão mágico-religiosa, afirmando-se apenas como cultura e festa. Falas como "os evangélicos também podem participar", "é cultura, não tem nada a ver com religião", são comuns. Tal contradição resulta da necessidade de se afirmar, para seus próprios membros, a importância da relação com o mundo espiritual e a dimensão devocional – repassando também os cuidados ritualísticos daí derivados – ao mesmo tempo que busca legitimar e proteger o jongo/caxambu frente ao racismo religioso. Como cultura, o Jongo/Caxambu é aberto a todos, objeto passível inclusive de patrimonialização – e deve assim, também, ser salvaguardado por todos. Entretanto, é inegável que o jongo/caxambu também possui dimensão devocional e mágico-religiosa, guardando seus fundamentos, segredos e iniciações, embora não se confunda ou restrinja a nenhuma religião específica. Em seu trabalho de campo entre os jongueiros de Guaratinguetá, Penteadado Jr. Observa:

Mesmo sendo "*dança de diversão, só!*", não há jongueiro que entre no ritual sem se benzer, sem pedir licença, sem cumprimentar o *tambú*, sem prestar reverência à fogueira acesa e tudo isso porque há entre eles a certeza de que no jongo há *magia*. Prestam-se deferências no terreno do jongo para não desagradar aos "*nêgo véio de antigamente*" e evitar castigos. Mas, prestam-se homenagens a essas entidades também porque são fontes de bênçãos; protegem, inspiram na composição de pontos, animam o ritual. (Penteadado Jr. 2010: 310)

Também Fantini (2018), comentando o trabalho de Águas (2013), sobre o jongo em Bias Fortes e Quilombo Colônia de Paiol escrevia:

A autora afirma que essas ambiguidades ofuscam os limites entre festa e religião, religião e trabalho, uma vez que a sua função ritual não está explícita e a sua natureza religiosa está dissimulada. Olhares desatentos podem considerar o jongo como sendo uma simples apresentação cultural, em que as pessoas cantam, dançam e tocam. Com isso, a verdade do jongo seria a cura ou a cultura? Sua conclusão é que, diferentemente do paradigma dominante, no jongo é impossível encontrar uma única verdade, pois há de se levar em conta a perspectiva a partir da qual ele está sendo visto, o que faz com que o seu enquadramento dentro da cultura ou da religião seja sem sentido, pois ele é regido por outras lógicas. (Fantini 2018: 162)

Entre a cultura e a religião/magia, o Jongo, para seus participantes, é regido por outros princípios e formas de composição de mundos que não coincidem necessariamente com estas divisões. Como resumiu certa vez S. Arlindo: "*O Jongo, dentro da cultura mesmo, ele é fora do Caxambu, entendeu?*"

### **Transmissão intergeracional e garantia da continuidade dos saberes e práticas associados ao Bem**

Esta dupla dimensão do Jongo – entre a magia e a cultura - também se faz presente em diferentes perspectivas e desdobramentos acerca da transmissão intergeracional na atualidade. De um lado, o aprendizado do jongo/caxambu é colocado como um dom, talento que passa ao largo da pura intencionalidade e pedagogia humana. Aqueles que possuem este dom, são chamados pelos tambores e para a roda e o aprendizado se dá pela observação e inspiração. Seu Geraldo, de Patrocínio de Muriaé, conta como foi isto que aconteceu com ele, cujos pais não eram do caxambu, mas que mesmo assim ele se interessou. É também seu Geraldo o mais taxativo em afirmar que não adianta tentar ensinar o caxambu a alguém que não tenha esse dom, "*não adianta querer ser jongueiro a força, ou a pessoa nasce pro Jongo ou não nasce.*" Neste cenário, a posição de jongueiro – e de mestre – se reveste também de um caráter de missão e compromisso, e os mestres jongueiros relatam que é este compromisso herdado de outros velhos mestres que não os deixa desistir do caxambu, mesmo em momentos de maior adversidade e desânimo.

Aquele que sai tem que passar o que sabe, tem que cumprir os compromissos. Eu tive que ficar a noite toda com ele pra poder chegar até onde era preciso. Pra depois falar: 'Pode tocar, vai, eu quero ver. Pra mim é uma missão. É uma missão e é uma coisa muito séria, e eu acho que eu não devo deixar morrer comigo. Porque se eu morro, se uma pessoa não passa para outra, aí perde o conhecimento, vai acabar. (Mestre Renê, Bias Fortes – MG. Em entrevista à equipe responsável pelo levantamento preliminar)

Comecei a querer abandonar as caixas, e depois lembrava que peguei um compromisso com a pessoa. Dona Emília me entregou o compromisso de cima da cama, falava 'Eu preciso do meu dinheirinho, mas não aguento mais, toma conta dessas caixas pra mim'. Eu tinha pena porque era muita gente de fora pra desafiar ela. (Mestre Geraldo Navalha, Patrocínio do Muriaé – MG. Em entrevista à equipe responsável pelo levantamento preliminar).

Por outro lado, observamos iniciativas que inserem os jovens e crianças no jongo a partir de uma relação mais pedagógica. Se, até um passado recente, o Jongo era restrito a adultos, hoje a presença de crianças faz parte do cotidiano dos grupos. Em Carangola, nos momentos anteriores à desarticulação dos grupos, além da participação das crianças nas rodas, eram desenvolvidas ações com um grupo de crianças que produziam peças artesanais que representam a realidade vivenciada no cotidiano pelos meninos e meninas do “Filhos de Eva.” Em anos recentes também houve a proposição por parte de integrantes ligados ao Caxambu de ações educativas/pedagógicas do Jongo nas escolas, e atualmente há um grupo de professores que, embora não praticantes do caxambu, se inserem na mesma rede de sociabilidade e vêm buscando o desenvolvimento de ações, junto à Secretaria de Educação, que viabilizem a promoção e resgate do Caxambu, além de um trabalho de resgate da história do Jongo.

Em Bias Fortes, diversas crianças e jovens participam do jongo, e em uma dinâmica de aprendizado espontâneo “as crianças vão vendo, se interessam, um dia tocam, vão aprendendo.” Há também a intenção de se criar um grupo mirim de jongo, no município. Na perspectiva dos mestres do município, esta seria uma alternativa importante para evitar o aliciamento dos jovens pelo universo das substâncias ilícitas, seja o consumo ou o tráfico, problemas que têm se mostrado recorrentes. O jongo/caxambu, também em Minas Gerais, segue assim sua vocação enquanto pedagogia e catalizador de ações de cidadania e potencializadoras de direito mais amplo.

Algumas questões, entretanto, se colocam como dificuldades e empecilhos para uma maior aproximação dos jovens: a questão do preconceito e intolerância religiosa. Seu Geraldo, de Patrocínio de Muriaé, que como já destacado é atualmente o único mestre caxambuzeiro ativo no município, relata que “*a meninada tem medo, acha que é feitiço. Foge da gente e não quer nem saber*”. Em outras localidades também foi mencionado que alguns jovens se afastam do jongo ao ingressarem, por laços matrimoniais, em redes de sociabilidade evangélica. A falta de apoio financeiro para os praticantes também inviabiliza algumas vezes maior adesão. De um modo geral, notamos que se em alguns municípios a transmissão intergeracional está assegurada, em outros ela encontra-se fortemente fragilizada.

\*\*\*

Esta exposição sobre as condições atuais de produção e reprodução do Jongo em Minas Gerais buscou apresentar informações sobre a territorialidade do Bem no estado, bem como sobre a relação com o universo do trabalho e seus aspectos mágico-religiosos, características que já apareciam no dossiê de registro, mas com menor ênfase. Ao mesmo tempo, esta exploração torna visível a extrema vulnerabilidade do Jongo/Caxambu na maior parte das comunidades identificadas em Minas Gerais – à exceção de Bias Fortes – com interrupção da cadeia de transmissão intergeracional, bem como episódios de conversão religiosa em um ambiente marcado por diferentes formas de preconceito e intolerância.

Importante destacar que alguns dos dilemas apresentados aqui referentes à reificação da identificação de um conjunto de saberes e práticas como uma manifestação cultural, ainda mais, uma manifestação cultural patrimonializada não é específica do Jongo, ainda que se coloque aí de maneira acentuada. Ele será abordado também no próximo item que trata das transformações e fortalecimento do Jongo no estado a partir do reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil.

### **III - AS TRANSFORMAÇÕES E A FORTALECIMENTO SOCIOCULTURAL DO BEM RECONHECIDO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL**

Ao analisar as transformações e o fortalecimento do Jongo em Minas Gerais a partir do reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil, de saída destacamos a extrema vulnerabilidade do Bem no estado. Das 4 comunidades jongueiras identificadas na ação de identificação levada a cabo pela Superintendência do Estado de Minas Gerais, em 2009, apenas duas possuem atualmente grupos de Jongo/Caxambu ativo (Caxambu do Preto Velho e Jongo Folclórico de Bias Fortes) e apenas 1 deles está organizado na forma de associação com CNPJ (Associação Grupo de Jongo Folclórico de Bias Fortes). De fato, o reconhecimento como Patrimônio Cultural por si só não é instrumento suficiente para garantia da continuidade da prática, entretanto, ele pode contribuir para o fortalecimento e organização dos grupos como destacaremos a seguir.

Uma das questões centrais colocadas pela nota técnica 25 CGIR/COAB/DPI, referia-se à influência que o Registro teve na relação das comunidades jongueiras/caxambuzeiras com o poder público e com o mercado de entretenimento. Neste sentido é importante destacar que, diferente do ocorrido em outros estados, a relação das comunidades jongueiras em Minas Gerais com políticas culturais se dá após – e, em larga medida, a partir do - reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil. Como destacado no bloco de questões anteriores, as comunidades jongueiras do estado de Minas Gerais inserem-se muitas vezes em um contexto de grande vulnerabilidade socioeconômica. Assim, o Registro, enquanto política pública, possui uma enorme importância para estas comunidades enquanto via de acesso para outras políticas e direitos. Em alguns casos o Iphan é a primeira, e principal, instituição pública a estabelecer um canal de diálogo com as comunidades jongueiras de Minas Gerais.

A relação com os poderes públicos locais é um ponto fundamental para o fortalecimento do Bem e, tendo isto em vista foi também um dos pontos mais trabalhados pela Superintendência de Minas Gerais a partir da descentralização das ações de Salvaguarda. Embora esteja prevista pela política de patrimônio, a ação do Iphan nem sempre consegue os resultados almejados: em parte dos municípios o diálogo com o poder público municipal é incipiente ou inexistente e, apesar do registro como patrimônio cultural do Brasil, o Jongo ainda sofre de grande invisibilidade nos municípios em Minas Gerais. O Mestre Geraldo Navalha lamenta a falta de apoio da prefeitura ressentindo-se que “ninguém dá valor” e, de acordo com ele, “se não fosse o Iphan, o Caxambu tinha acabado.” A situação é um pouco diversa em Bias Fortes, onde a prefeitura, através da Secretaria de Cultura e do Departamento de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Meio Ambiente, consolidou-se como importante parceira. A inserção do Jongo na política estadual de ICMS Cultural, a partir do Registro Federal, também contribui para maior

visibilidade do mesmo no município. Já em Carangola, notamos que atualmente há um envolvimento por parte da prefeitura para a revitalização do grupo de Caxambu do município.

Em muitos momentos, a relação com a municipalidade é retratada pelos jongueiros em termos de busca por “apoio”, seja para fornecimento de alimentação e transporte para a promoção de eventos, seja para o auxílio na submissão de propostas e projetos em editais culturais. O grupo de Bias Fortes vem negociando com a prefeitura também a cessão de um espaço para a construção da “Casa do Jongo”. A “cultura” vem assim ocupar um importante papel para este grupo, em um momento também em que o trabalho nos roçados e fazendas da região se vê diminuído pelas mudanças no campo, aspecto também notado por Fantini (2018). Como resume Seu Renê *“antigamente nós íamos procurar a Casa Grande, agora a gente bate na porta da prefeitura”*.

Se, em Bias Fortes, o grupo logrou se manter ativo e se fortaleceu a partir de diversas ações catalisadas a partir do reconhecimento como patrimônio, ainda assim, tanto quanto nos demais municípios, a questão da sustentabilidade econômica do bem (recursos para indumentárias, instrumentos, viagens, alimentação nos momentos das festas) bem como a vulnerabilidade socioeconômica dos detentores ainda é um ponto sensível, tanto quanto no momento do Registro. Esta questão também se coloca nos demais municípios.

Ainda em termos das relações interinstitucionais favorecidas pelo Reconhecimento do Jongo como patrimônio, vale destacar algumas parcerias com Instituições de Ensino para o desenvolvimento de pesquisas e projetos de extensão, em especial a UEMG, campus Juiz de Fora (proext ECOMuseu), e Campus Carangola (grupos de pesquisa sobre desigualdade racial).

A visibilidade é uma questão bastante citada pelos entrevistados: o reconhecimento pelo Iphan auxilia na visibilização do Jongo/Caxambu em algumas localidades. Em outras, entretanto, isto não ocorre. O que se observa é que a maior ou menor visibilização do jongo/caxambu em determinada localidade – considerando-se tratar de pequenos municípios – é bastante dependente do apoio dos poderes públicos municipais. Mas, certamente, a mudança mais significativa e positiva que o reconhecimento como patrimônio cultural – e o consequente desenvolvimento da política de salvaguarda – trouxe para as comunidades jongueiras de Minas Gerais foi a articulação entre elas, bem como com comunidades de outros estados. Os encontros de Jongo realizados em Minas Gerais (ver mais abaixo lista de ações de Salvaguarda realizadas pela SE-MG), bem como a participação dos grupos de Minas Gerais em encontros em outros estados e de jongueiros de outros estados nos encontros de Minas Gerais, são de extrema importância para os grupos de detentores que de outra forma não estariam articulados. Eles propiciam assim uma troca de experiência fundamental, potencializando as experiências locais de salvaguarda e gestão cultural, além de ser um espaço de intensa troca em termos de conhecimento sobre o próprio Bem. A articulação com grupos de outros estados, que possuem trajetórias diversas de gestão cultural, também se mostra muito benéfica.

A questão da discriminação racial e da intolerância religiosa coloca-se como questão central na salvaguarda do jongo em Minas Gerais, e muito particularmente em Carangola, como já foi evidenciado nos itens anteriores. Relatos dos primeiros contatos com as lideranças jongueiras do município destacavam a necessidade de realização de ações que combatessem a intolerância e o racismo religioso, com apelos de suas principais lideranças ao poder público municipal em reunião mediada pelo Iphan. Estas mesmas lideranças converteram-se em momento posterior ao cristianismo evangélico, resultando em uma dramática interrupção da transmissão dos saberes acerca do Caxambu no município. Apesar de diversas ações voltadas para questão dos direitos raciais e da diversidade religiosa no município, capitaneadas em especial por grupos de extensão ligadas à UEMG, relatos atuais de Carangolenses envolvidos com a retomada e reorganização do Jongo no município indicam que ainda é crítico o quadro de preconceito e intolerância em relação ao caxambu.

### **Avaliação de Salvaguarda: histórico das ações da SE-MG**

O processo de Salvaguarda do Jongo no Sudeste é marcado por dois momentos distintos, indicativos de mudanças na priorização de recursos e condução da política patrimonial e cultural de forma mais ampla no país ao longo das últimas duas décadas. Em um primeiro momento, a Salvaguarda do Jongo se organiza, de maneira centralizada, em torno de um convênio de ações abrangentes entre o Iphan e a UFF, no contexto da política dos pontões de Cultura. Assim, entre 2007 e 2011, o Pontão do Jongo realiza uma série de ações como reuniões de articulação, premiações, oficinas e assessoria às comunidades para concorrerem em editais públicos de prêmios e projetos, realização de seminário, de documentários e de diversas publicações, levantamento do perfil social das comunidades integrantes do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, em prol da Salvaguarda do Jongo/Caxambu. É neste contexto que foi elaborado e publicado o Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste (2011). Entretanto, a partir de 2012, com o fim do programa Ponto de Cultura pelo MinC, a Salvaguarda do Jongo passa a ser executada de maneira independente e descentralizada por cada uma das quatro superintendências. Considerando o pouco envolvimento das comunidades jongueiras de Minas Gerais nas ações do Pontão do Jongo/Caxambu, vamos explorar mais detidamente o processo de Salvaguarda desenvolvido a partir de 2012 pela SE Iphan-MG.

Cumpramos observar que houve um momento de desarticulação na passagem das grandes reuniões interestaduais – e da Salvaguarda organizada em torno do convênio Iphan-UFF via pontão da cultura – para a salvaguarda no estado, quando e onde foi preciso, de certa forma, (re)iniciar o processo de salvaguarda. Esta desarticulação ocorreu uma vez que o único grupo que participava das ações do pontão da cultura, o grupo de Carangola, se desmobilizou após a conversão religiosa de uma de suas principais lideranças e o falecimento e adocimento de outros mestres, conforme já mencionado, enquanto os grupos de Bias Fortes e Patrocínio de Muriaé, cuja identificação e primeiros contatos ocorrem após o ano de 2009, só foram efetivamente mobilizados e passaram a participar do processo de Salvaguarda após a descentralização das ações. Ressaltamos, entretanto, que este hiato entre o Pontão do Jongo e a salvaguarda efetivada por cada uma das 4 superintendências envolvidas foi

acentuado também pelo fato de que em um certo período (2014-2016) não houve priorização de recursos orçamentários para ação de salvaguarda do Jongo pela Superintendência do Estado de Minas.

Tem-se assim uma descontinuidade no processo, de maneira que questões já avançadas no processo de salvaguarda do jongo em outros estados, tiveram que ser reiniciadas em Minas Gerais. Sobretudo questões relacionadas à autonomia dos detentores, em termos de apropriação do conceitual, recursos e mecanismos da política de patrimônio, dos instrumentos de apoio e fomento, do diálogo com políticas e direitos sociais mais amplos. Observamos que cada comunidade e grupo possui sua própria trajetória e tempo e, neste sentido, o intercâmbio propiciado pela Salvaguarda – mesmo após a descentralização –, entre grupos e comunidades de diferentes regiões e estados é extremamente benéfico e avaliado, pelos próprios detentores, como um dos desdobramentos positivos do reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil (sobretudo tendo em vista que, antes da ação do Iphan, estes grupos não mantinham contato com grupos dos outros estados).

Apresentamos a seguir, breve recapitulação das ações de Salvaguarda do Jongo/Caxambu desenvolvidas pela Superintendência do Iphan em Minas Gerais e/ou instituições parceiras.

2009 – Mapeamento Preliminar Jongo na Zona da Mata Mineira. A primeira e fundamental ação levada a cabo pela SE-MG foi o mapeamento mencionado ainda no contexto das ações articuladas também pelo Pontão do Jongo. Importante mencionar que a partir da identificação destas comunidades, ainda que apenas em uma região e sendo necessário assim a ampliação desta identificação, o entendimento da SE-MG foi de que valia mais a pena investir na mobilização, capacitação e promoção do Bem, a partir da mobilização destas comunidades já identificadas do que investir recursos orçamentários e físicos – por vezes insuficientes – em novas identificações.

2012– Visita técnica em Carangola, Patrocínio de Muriaé, Recreio e Juiz de Fora (município vizinho a Bias Fortes, onde se encontrava a trabalho o Sr. Paulo Renei), com o objetivo de estabelecer um primeiro contato com essas comunidades, para conhecer suas demandas e necessidades, bem como iniciar um diálogo com o poder público local dos quatro municípios em que as comunidades estavam localizadas.

2013- 2014 – Participação no Projeto Ecomuseu, “Mobilização das Comunidades Jongueiras na Zona da Mata Mineira”. De natureza de extensão, tal projeto fez parte do programa “Ecomuseu de Comunidades Negras da Zona da Mata Mineira”, coordenado pelo geógrafo e professor Leonardo Carneiro de Oliveira, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tal projeto objetivava realizar formações para as comunidades jongueiras/caxambuzeiras por meio de oficinas que abordariam a noção de patrimônio cultural, bem como mobilizar tais comunidades em torno da salvaguarda do jongo/caxambu em Minas Gerais. Foi estabelecida uma parceria entre o IPHAN e o professor Leonardo e as ações de salvaguarda do jongo/caxambu em Minas Gerais desse ano deram-se no âmbito desse projeto, o qual realizou oficinas e seminários, além de diversas assessorias às comunidades jongueiras/caxambuzeiras.

2014 – Participação de representantes das comunidades de Jongo/Caxambu de Minas Gerais no 13 Encontro Nacional do Jongo em São José dos Campos.

2015 - Oficinas de Memória e Patrimônio – Salvaguarda do Jongo –, promovidas pela SE-MG, em Bias Fortes e Recreio. Estas Oficinas foram um importante momento de aproximação com as comunidades.

2015 – Visitas técnicas em Patrocínio de Muriaé e Carangola.

2018 - Reunião Integrada De Salvaguarda Do Jongo No Sudeste - Belo Horizonte-MG.

2019 – Realização do Encontro do Jongo em Carangola, com a participação das quatro comunidades jongueiras do estado.

2020 -Oficina de Gestão do Patrimônio em Bias Fortes, com a participação das quatro comunidades jongueiras do estado.

Atualmente encontra-se em curso uma ação de capacitação em audiovisual que busca qualificar e reaproximar os jovens das comunidades para o registro e documentação cultural, ao mesmo tempo que produzir nova e inédita documentação audiovisual sobre o jongo em Minas Gerais.

Observamos que o Plano de Salvaguarda do Jongo, como apontado anteriormente, foi elaborado no contexto das reuniões do pontão de cultura, tendo sido aprovado no ano de 2011. Ele foi endossado por lideranças Jongueiras dos quatro estados, além de quadros técnicos das SE de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Entretanto, o Sr. Arlindo Olegário (já falecido) e a Sra. Maria Ferreira das Dores (atualmente desvinculada das práticas jongueiras por razões religiosas), ambos de Carangola, foram as únicas lideranças do estado de Minas Gerais que aparecem listadas como participantes das discussões que resultaram no Plano de Salvaguarda. Assim, o cenário observado em Minas Gerais é de descontinuidade entre os participantes da elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste e os responsáveis pela execução de ações de Salvaguarda no estado, como apontado anteriormente, seja pela não participação de técnicos da Superintendência na elaboração do plano, seja pelo falecimento e/ou desmobilização (por conversão religiosa) dos jongueiros participantes. Assim, tem-se um movimento paralelo de planejamento e execução de ações de salvaguarda realizado nos próprios encontros de jongueiros do estado, que, embora em consonância com o Plano, se dá de maneira independente deste.

Os processos de Salvaguarda em geral e, muito especificamente o do Jongo em Minas Gerais, estão sujeitos a descontinuidades de engajamento das instituições parceiras, da disponibilidade orçamentária e dos próprios detentores que colocam dificuldades para o planejamento e execução do Plano de Salvaguarda. No caso do Jongo em Minas Gerais entende-se ser necessário uma repactuação do Plano de Salvaguarda do Jongo existente com as comunidades e grupos atualmente mobilizados e ativos no estado para apropriação/adaptação das demandas e ações identificadas ali.

Uma das principais demandas na salvaguarda do jongo/caxambu em Minas Gerais é a construção de Centros de Referência do Jongo/Caxambu nos municípios. Este ponto aparece também no Plano de Salvaguarda como segundo tópico de ação de médio e longo prazo. Do ponto de vista das comunidades Jongueiras do estado, a consolidação de um espaço próprio/centro de referência, idealmente em parceria/cessão com as prefeituras, é essencial para maior estruturação, fortalecimento e visibilidade dos grupos, podendo vir, inclusive, a estimular o interesse e adesão de novos participantes.

Consideramos importante destacar neste parecer, enquanto exercício de avaliação tanto das condições atuais do Bem Cultural, quanto dos rumos e acertos da política de patrimônio imaterial, a relevância que teve o desenvolvimento de trabalhos no âmbito do PEP sobre o Jongo em Minas Gerais. Os produtos técnicos (Salvaguardando o Jongo / Caxambu em Minas Gerais: as Oficinas de Memória e Patrimônio O Processo de Salvaguarda do Jongo / Caxambu em Minas Gerais), bem como a dissertação, desenvolvidos por Claudia Fantini, sob a orientação de Luciano dos Santos Teixeira e supervisão da técnica Vanilza Jacundino, contribuíram tanto para o direcionamento das ações de Salvaguarda no estado, quanto para o fortalecimento e organização do Jongo e das comunidades jongueiras no estado, em especial de Bias Fortes, município onde foi desenvolvida a pesquisa de campo.

Como conclusão deste tópico que buscou apresentar as transformações e fortalecimento do Bem a partir do Registro, é importante explicitar que os fatores que constituem hoje a maior ameaça para a continuidade do Jongo em Minas Gerais pouco diferem dos fatores que levaram à criação da Rede de Memória do Jongo, movimento de articulação das comunidades jongueiras e setores da sociedade civil que antecede e de certa forma, impulsiona o Registro. Abreu e Mattos (2007, p.69) notavam que *“houve momentos, em algumas comunidades, que a manutenção do jongo/caxambu se viu ameaçada pelo falecimento de um mestre que unia as pessoas, por discriminação racial ou perseguição religiosa, ou dificuldade material. Tais dificuldades fizeram com que jongueiros se unissem, no ano de 1996, no Noroeste do estado do Rio de Janeiro, em um movimento que ficou conhecido como “Encontro de Jongueiros”.*

Da mesma forma, o Plano de Salvaguarda, recapitulando as informações contidas nos históricos das reuniões do pontão do Jongo, do encontro de Bens Registrados realizado pelo Iphan em 2010 e da reunião de jongueiros realizada em 2006, conclui:

*“O problema da discriminação decorrente do preconceito racial aparece de forma contundente nas três fontes. Em 2006, as lideranças jongueiras nomearam o problema da seguinte forma: Igrejas evangélicas proíbem festas, tambores etc.; Preconceito contra a prática do jongo. No relatório da Reunião do Maranhão, ela aparece como a primeira situação-problema identificada pelos detentores e detentoras: Preconceito (intolerância em todos os aspectos, discriminação, racismo, desrespeito) e intolerância religiosa. Nas reuniões de articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, a questão se fez presente em onze de treze reuniões [...] na forma de relato de casos, na forma de debate sobre o desenvolvimento de ações concretas, como oficinas e seminários nas comunidades e em escolas, na forma de debate sobre a necessidade de inclusão dos jovens das comunidades nos programas das políticas de ação afirmativa. (Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste 2011:32)*

O Reconhecimento como patrimônio cultural, como já notado em diversos estudos não é, por si, condição suficiente para assegurar a continuidade e fortalecimento do Bem, sendo necessário o desenvolvimento de políticas mais amplas de apoio, promoção e sustentabilidade. Observamos assim que, enquanto a vitalidade e continuidade do Jongo/Caxambu são asseguradas pelas próprias comunidades jongueiras – com seus mestres encarando tal questão sob a perspectiva da missão e responsabilidade –, caberia ao estado ações mais incisivas no combate aos preconceitos e à intolerância religiosa que vulnerabilizam sobremaneira as comunidades jongueiras.

#### IV. RECOMENDAÇÕES

Listamos a seguir as principais recomendações depreendidas do processo de reavaliação do Jongo no sudeste no estado de Minas Gerais:

- Continuidade e ampliação das ações de identificação nas demais regiões de Minas Gerais que, por suas conformações sócio-históricas e/ou por relatos de mestres de outras localidades, apresentem indícios de ocorrência do Jongo/Caxambu (em especial a mesoregião Sul de Minas). Estas ações devem ter como desdobramento a realização de encontros e a articulação em rede das comunidades jongueiras/caxambuzeiras em Minas Gerais para o fortalecimento das mesmas e buscando assegurar as condições de produção e reprodução do Bem.
- Ações de informação e, quando necessário, enfrentamento do racismo religioso.
- Apoio à reestruturação do grupo de Caxambu em Carangola;
- Realização de ações de documentação que permitam retratar aspectos que foram sub representados no dossiê de registro, e que também auxiliem na promoção e visibilização dos grupos de Jongo/Caxambu do estado.
- Apoio e construção conjunta de estratégias para viabilização das Casas do Jongo nos município de Bias Fortes.

- Fortalecimento das ações de articulação com os poderes municipais e outras instituições locais.

## **V. PARECER**

Após as análises e informações prestadas acima à título de reavaliação do Jongu no Sudeste tendo por referência as comunidades no estado de Minas Gerais, manifestamos nosso entendimento favorável à Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil, considerando que o mesmo se mantém como importante referência cultural, não obstante as vulnerabilidades observadas em torno das condições de produção e reprodução do Bem em algumas localidades, o mesmo se mantém como importante referência cultural.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Tainah Víctor Silva Leite  
**técnico 1 - antropologia - SIAPE 1416303**  
**Superintendência Iphan-MG**

1 “Em relação à elaboração do Parecer de Reavaliação, preveja-se a participação e o envolvimento das partes interessadas em todas as etapas do processo, da maneira mais oportuna, e conduzidos de acordo com o formato definido pelos técnicos da SRs, com vistas a garantir não apenas a apuração mais nítida das informações, como também a legitimidade social do conteúdo do documento final. Assim, sugere-se que se descreva como se deu a participação dos detentores, parceiros e demais segmentos interessados na produção do documento.”

2 “Art. 4º O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial tem como princípios: I - a participação social dos atores que produzem, mantêm e transmitem este patrimônio nos processos de identificação, Reconhecimento e apoio e fomento, como condição *sine qua non*; II - a descentralização e socialização de instrumentos de salvaguarda e de gestão com vistas à autonomia dos atores sociais na preservação do seu patrimônio cultural; III - a articulação institucional e intersetorial para execução coordenada de políticas públicas e ações, envolvendo diferentes níveis de governo e sociedade civil, considerando a natureza transversal do patrimônio imaterial.”

3 Participaram também desta reunião representantes da equipe de consultoria “Campo cultura e meio ambiente”, que no momento, desenvolve ação de salvaguarda voltada para registro e capacitação em audiovisual com estas comunidades.

4 O estado de Minas Gerais está organizado administrativamente em 12 mesorregiões. A mesorregião da Zona da Mata está localizada nas fronteiras com os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

5 Alguns pesquisadores defendem a existência de uma microrregião caxambuzeira, entre o Noroeste Fluminense e o norte da zona da Mata mineira. Carneiro 2007.

6 Joane Bastos, é pedagoga social e integrante do coletivo de mulheres negras de Carangola, e uma das carangolenses envolvidas atualmente em articulações para a retomada da prática e preservação da memória do caxambu na cidade.

7 Sobre a bandeira do Jongo, em entrevista a Fantini, Seu Renê afirmava “A bandeira é uma representação ativa, que dá a frequência no jongo. Ela tem um segredo na bandeira, aí só Deus sabe. Nós não sabe, não. Não pode falar, não. Essa bandeira traz um respeito muito grande dentro do jongo. Nós fomo em Juiz de Fora e estendemo a bandeira de São Sebastião no chão. Certamente, quem é umbandista, da umbanda, tudo vê na bandeira. Tudo deitô em cima da bandeira, saudando a bandeira. Quer dizer, a bandeira tem uma força muito grande. Até pra poder atravessá numa encruzilhada, numa ponte. Curar uma criança... Rapidim, com a bandeira a gente consegue curar uma criança. A bandeira conta muito segredo”. (Entrevista com Seu Renê, 23/07/16 )

8 O uso do passado para se referir a esta adesão dos mestres de Carangola deve-se ao falecimento e/ou conversão religiosa de todos os mestres conhecidos no município, como mencionado anteriormente.



Documento assinado eletronicamente por **Tainah Victor Silva Leite, Técnico I**, em 06/10/2021, às 12:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3013814** e o código CRC **ADB8728C**.